CAPÍTULO I - REGIME JURÍDICO E FASE INTERNA DA LICITAÇÃO 17
1. Regime jurídico administrativo e conceito de licitação. 17
2. Princípios aplicáveis. 22
3. Requisitos da fase interna. 31
3.1. Definição do objeto. 34
3.2. Conceito de proposta mais vantajosa 38
3.3. Exigências decorrentes de normas de controle de qualidade 40
3.4. Indicação de marca 42
3.5. Estipulação do valor da contratação e realização de pesquisa de mercado. 45
3.6. Escolha da modalidade de licitação. 47
3.6.1. Concorrência. 51
3.6.2. Tomada de Preços. 52
3.6.3. Convite. 55
3.6.4. Concurso 57
3.6.5. Leilão 58
3.6.6. Pregão 59
3.6.7. Parcelamento do objeto e dever de planejamento. 60
3.6.8. Objetos e serviços de mesma natureza a serem executados no mesmo local 69
3.6.9. Parcelas de natureza específica e contratações imprevisíveis. . 73
3.6.10. Critérios para eleição da modalidade: período inicial ou todo o prazo de vigência da contratação, na hipótese de serviço contínuo? . 75
4. Tipo de licitação. 79
5. Repercussões da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Licitações 83
6. Elaboração do Edital: cuidados necessários. 91
6.1. Elaboração, estrutura, assinatura e aprovação jurídica. 92
6.2. A divisão do objeto em itens 99
6.3. A solicitação de amostras: possibilidade, momento e requisitos para análise. 103

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.4. O edital e as exigências de habilitação. 106
6.4.1. Habilitação jurídica 106
6.4.2. Regularidade Fiscal 109
6.4.3. Qualificação Técnica. 114
6.4.4. Qualificação econômico-financeira. 122
6.4.5. Dispensa de documentos. 128
6.4.6. Exigência de localização da empresa no município em que o serviço será prestado. 132
6.5. O edital e os critérios de julgamento das propostas. 135
6.6. Aquisição e cobrança do ato convocatório 138
6.7. Impugnação do ato convocatório 139
6.8. Esclarecimentos 145
6.9. Alteração do edital: hipóteses e procedimento 145

CAPÍTULO II - PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO NAS MODALIDADES COMUNS 147
1. Sessão de abertura: análise dos documentos 147
2. Julgamento das propostas. 153
3. Homologação 156
4. Adjudicação 157
5. Anulação e Revogação: procedimento 158
6. Recursos Administrativos. 160
6.1. Conceito. 160
6.2. Espécies e prazo para interposição. 160
6.3. Processamento: recurso hierárquico. 163
6.4. Efeitos. 167

CAPÍTULO III - PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 168
1. Pregão: conceito. 168
2. Conceito de bens e serviços comuns 169
3. Obrigatoriedade do pregão. 171
4. Utilização da modalidade pregão na hipótese de convênio 176
5. Atribuições dos envolvidos no pregão. 184
6. Termo de referência 188

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.1. Elaboração do termo de referência: obrigatoriedade ou facultatividade? 190
6.2. A quem compete a elaboração do termo de referência? 192
6.3. Conteúdo do termo de referência 193
6.3.1. Descrição do objeto 199
6.3.2. Avaliação do custo e orçamento detalhado em planilhas 201
7. Peculiaridades do pregão presencial 202
7.1. Credenciamento 204
7.2. Análise e classificação das propostas 206
7.3. Início da disputa: fase de lances 209
7.4. Negociação 214
7.5. Habilitação 215
7.6. Recursos 217
7.7. Adjudicação e homologação 221
7.8. Contratação 222
8. Pregão eletrônico 224
8.1. Normas 224
8.2. Sistema a ser utilizado 225
8.3. O que pode ser licitado pelo pregão eletrônico? 226
8.4. Autoridade competente, pregoeiro e equipe de apoio: o papel de cada um 229
8.5. Credenciamento: em que difere do pregão presencial? 232
8.6. Classificação das propostas e fase de lances 234
8.7. Negociação eletrônica 236
8.8. Habilitação 237
8.9. Recursos 238
8.10. Adjudicação e homologação 240
8.11. Quadro comparativo entre pregão presencial e eletrônico 242

CAPÍTULO IV - REPERCUSSÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 NO PROCESSAMENTO DAS LICITAÇÕES 245
1. Noções gerais e previsão constitucional do tratamento diferenciado 245
2. O tratamento diferenciado e o princípio da isonomia 252
3. Definição de microempresa e empresa de pequeno porte 254

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Documentação a ser exigida para a comprovação da qualidade de micro ou pequena empresa 262
5. Vigência e aplicação da Lei Complementar n° 123/06 274
6. Entidades submetidas ao regime da Lei Complementar n° 123/06 .. 276
7. As contratações abrangidas pelo tratamento diferenciado 286
8. Repercussões da Lei Complementar 123/06 na fase de habilitação .. 293
8.1. Prazo para regularização de eventuais falhas 297
8.2. Consequências da ausência de regularização 299
8.3. Convocação da "segunda colocada" em face da ausência de regularização das pendências fiscais 305
8.4. O cadastramento de pequenas empresas que apresentem irregularidades fiscais 307
9. Repercussões da Lei Complementar 123/06 na fase de julgamento das propostas. 309
9.1. Direito de preferência 310
10. Síntese do processamento da licitação, nas modalidades comuns, com as alterações promovidas pela LC 123/06 318
11. Alterações no procedimento da licitação na modalidade pregão .. 320
12. Síntese do processamento da licitação, na modalidade pregão, após a Lei Complementar 123/06 322
13. O tratamento diferenciado e a regulamentação na esfera federal... 325
CAPÍTULO V - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 335
1. Definição e legislação aplicável 335
2. Hipóteses de utilização do Sistema de Registro de Preços. 336
3. Vantagens e desvantagens desse sistema 340
4. Entidades submetidas ao Decreto Federal 3.931/00 341
5. Sistema de registro de preços para serviços técnicos especializados e para serviços de engenharia. 343
6. Levantamento das necessidades da entidade para constatar a conveniência da adoção do SRP 345
6.1. Definição dos quantitativos mínimos e máximos. 346
6.2. Estipulação de preço máximo. 348
7. Dotação orçamentária na licitação para o registro de preços. 350
8. Qual modalidade adotar: pregão ou concorrência? 354
9. Tipo de licitação: é possível adotar o tipo de licitação técnica e

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

preço?.....355
10. Há adjudicação no sistema de registro de preços? 355
11. Diversos preços para um mesmo produto: o que fazer? 356
12. Registro de preços acima das quantidades estimadas: é possível?...358
13. Ata de Registro de Preços. 358
13.1. Conceito e cláusulas. 358
13.2. É necessário publicar a Ata de Registro de Preços?.....362
13.3. Vigência da Ata de Registro de Preços e possibilidade de prorrogação.....363
13.4. Vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços..371
13.5. Acréscimos na ata de registro de preços.....373
14. Adesão à Ata de Registro de preços: carona.....376
15. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. 386
16. Cancelamento do registro. 393
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 395

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br